Gaza: o imperativo moral

Perante o risco de consumação do genocídio, o mais importante não é a questão política é o imperativo moral.

Nuno Severiano Teixeira | *Público* | 11 de junho de 2025

No exercício de cidadania que é para mim a opinião, sempre preferi fazer análise, mais do que vender indignação. Mas o que estamos a assistir em Gaza é insuportável. E não deixa indiferente ninguém que tenha um pingo de ética. Ponderei bem a palavra, não a uso de ânimo leve e não gostava de a usar. No início da guerra não ousava dizê-la. Mas com tudo o que se passou, entretanto, não encontro outra para qualificar os crimes cometidos pelo governo de Israel na Faixa de Gaza: genocídio.

O genocídio é o crime dos crimes. Está tipificado no Direito Internacional e definido no artigo II da Convenção sobre o Genocídio. Não sou jurista, mas sei ler e dei-me ao trabalho de ler a Convenção. Para que haja genocídio são necessárias três condições: deve haver um grupo específico visado, com base na nacionalidade, etnia, raça ou religião; devem ser cometidos actos específicos contra esse grupo — matanças, causar danos físicos ou mentais graves, infligir deliberadamente condições de vida calculadas para destruir total ou parcialmente o grupo, adoptar medidas para impedir nascimentos dentro do grupo ou transferir pela força crianças para outro grupo; e, finalmente, deve haver intenção específica de destruir o grupo — o "*dolus specialis*". Ora, o governo de Israel parece apostado em cumprir, uma a uma, todas alíneas do artigo II da Convenção. Com método e zelo.

O Tribunal Internacional de Justiça reconhece os palestinianos como grupo protegido ao abrigo da Convenção. Em Gaza as matanças, segundo os números da ONU, contabilizam até agora mais de 53 mil mortos, dos quais a esmagadora maioria civis e mais de 70% mulheres e crianças. Sobre os danos físicos e mentais os números apontam para mais de 124 mil feridos. Com as estruturas de saúde devastadas pelos bombardeamentos imagina-se o que significa de sofrimento físico e mental. Estima-se que 90% das crianças em Gaza precisem de apoio de saúde mental.

A imposição deliberada de condições de vida para provocar a destruição do grupo é evidente. Casas, escolas, hospitais, tudo destruído. E se alguma dúvida houvesse, as restrições, o bloqueio, e a instrumentalização da ajuda humanitária aí estão para o provar. Sem comida, sem água potável, sem medicamentos, as pessoas estão a morrer, literalmente, de fome e desidratação. A insegurança alimentar é generalizada e há mais de 2700 crianças, com menos de cinco anos, diagnosticadas com desnutrição aguda. O impedimento dos nascimentos também se vai tornando claro. Há mais de 17 mil crianças mortas e de acordo com a OMS

mais de 15% das grávidas têm sérios problemas na gravidez. Os deslocados à força são mais de 90% da população.

O "*dolus specialis*" é sempre o mais difícil de provar, mas vale apena olhar com atenção para o discurso dos dirigentes mais radicais. Há muitos exemplos, mas basta ouvir o ex-ministro da defesa Gallant que se referia aos palestinianos como "animais humanos": o típico discurso de desumanização do outro. E nada disto é resultado de uma qualquer situação militar fora de controle. Não. É o resultado deliberado de uma política de governo. E é por isso que é difícil encontrar outra palavra. E não me venham com o argumento do antissemitismo. Condenei veementemente os ataques terroristas do Hamas, gosto de Israel, tenho bons amigos judeus e sei distinguir bem o povo judeu e os israelitas, de um governo de extrema-direita. E isto, não tem nada a ver com antissemitismo. Tem tudo a ver com o governo de extrema-direita. Que a pretexto de combater um movimento terrorista está a dizimar colectivamente um povo. E que ataca e silencia qualquer crítica ao governo, em nome da luta contra o antissemitismo.

Ora, durante duas décadas a Europa, ficou prisioneira desta estratégia: luta contra o terrorismo/acusação de antissemitismo. Parecia carregar uma culpa que não era sua. Era mais alemã do que europeia. Mas perante o horror do que se passa em Gaza, corre o risco de se tornar cúmplice. Chegou o momento de viragem.

O Tratado de Associação UE-Israel impõe no artigo 2 o respeito pelos direitos humanos.

Suspender o Tratado na totalidade exigiria unanimidade dos 27, o que é impossível. Mas suspender a sua dimensão comercial exigiria apenas maioria qualificada, o que parece possível. Seria um sinal importantíssimo, para sancionar o governo de Israel e para a Europa sair da irrelevância política a que se votou. Mas perante o risco de consumação do genocídio, o mais importante não é a questão política é, para todos nós, o imperativo moral.

https://www.publico.pt/2025/06/11/opiniao/opiniao/gaza-imperativo-moral-2136219